

ELISA MARTINEZ GIANNELLA

# **HÁ FORMAÇÃO DE PRECEDENTES NO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO?**

Um estudo a partir do julgamento do  
STJ nos temas de direito processual  
civil

COLEÇÃO

Acesso à justiça, processo e igualdade

Londrina/PR  
2024

**THOTH**  
EDITORA

ORGANIZADORES

Nubia Regina Ventura

Susana Henriques da Costa

João Eberhardt Francisco

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)**

**Bibliotecário: Rodrigo Alexandre  
Rodrigues, CRB9 / 2005**



**THOTH**  
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth.  
Londrina/PR.

www.editorathoth.com.br

contato@editorathoth.com.br

Há formação de precedentes no recurso especial repetitivo? Um estudo a partir do julgamento do STJ nos temas de Direito Processual Civil. / organização de Nubia Regina Ventura, Susana Henriques da Costa, João Eberhardt Francisco - Londrina: Editora Thoth, 2024.

183 p. (Coleção Acesso à justiça, processo e igualdade)

ISBN 978-65-5959-801-4

1.Recurso Especial Repetitivo. 2. Litigiosidade repetitiva. 3. Precedente. I. Título.

CDD 341.46

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** Andressa Scorza

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Conselho Editorial (Gestão 2023)**

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Processual Civil: 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

1261483

# SUMÁRIO

---

SOBRE A AUTORA .....	7
ORGANIZADORES .....	9
AGRADECIMENTOS .....	13
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO .....	17
PREFÁCIO .....	19
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES .....	23
INTRODUÇÃO .....	29

## CAPÍTULO 1

A CRIAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À LITIGIOSIDADE REPETITIVA .....	35
1.1 Breve histórico sobre o controle de legalidade no sistema constitucional brasileiro .....	35
1.2 O controle de legalidade a partir dos julgamentos agregados: o surgimento do Recurso Especial Repetitivo .....	37
1.2.1 Do processamento do Recurso Especial repetitivo: Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça .....	44
1.3 A litigiosidade repetitiva .....	48

## CAPÍTULO 2

CRITÉRIOS PARA CONFIGURAÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS .....	55
2.1 Demandas repetitivas e a similitude de questões fáticas e/ou jurídicas .....	55
2.1.1 Os recursos especiais repetitivos para solução de demandas homogêneas .....	57
2.1.2 Os recursos especiais repetitivos para solução de casos heterogêneos .....	64
2.2 Demandas Repetitivas e volume de ações .....	68
2.3 Demandas Repetitivas e Litigantes .....	70
2.3.1 Demandas repetitivas e representatividade adequada .....	75

## CAPÍTULO 3

O EFEITO DAS TESES FIXADAS NOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS .....	79
3.1 A positivação de uma teoria de Precedentes no CPC/2015 .....	81

3.2 Efeitos do julgamento dos recursos repetitivos no CPC/1973 e no CPC/2015 .....	90
3.2.1 A Vinculação e a obrigatoriedade dos precedentes.....	92
3.2.2 A vinculação e a vedação da decisão surpresa .....	96
3.3 Críticas ao sistema de “precedentes” brasileiro .....	98
3.4 Correlação entre a teoria dos precedentes e o papel de corte suprema ....	106

#### **CAPÍTULO 4**

<b>PESQUISA EMPÍRICA: TESES FIXADAS NOS TEMAS DE DIREITO PROCESSUAL.....</b>	<b>111</b>
4.1 Metodologia .....	111
4.2 Primeira parte: análise quantitativa dos temas de Direito Processual Civil	115
4.3 Segunda parte: análise qualitativa .....	124
4.3.1 Classificação como “Direito Processual Civil” .....	125
4.3.2 Da classificação entre demandas homogêneas e heterogêneas .....	127
4.3.3 Presença de litigantes habituais .....	131
4.3.4 Participação de amicus curiae .....	135
4.3.5 Volume de ações .....	140
4.3.6 Diversidade de fundamentos .....	146
4.3.7 Outros apontamentos .....	149
4.3.8 O julgamento dos repetitivos e a formação de precedentes.....	151
4.3.9 Modificação da afetação e vedação à decisão surpresa.....	154
4.4 Conclusão parcial: análise de conteúdo.....	156
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>163</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>169</b>